

Desafios do trabalho docente durante a pandemia:

Trabalho remoto e as condições de trabalho dos professores da Grande Vitória – ES

Resumo: O presente artigo enquadra-se numa pesquisa exploratória de caráter qualitativo utilizando o questionário para levantamento de dados buscando captar os principais desafios do trabalho docente durante a pandemia do coronavírus no ano de 2020 e primeiro semestre do ano de 2021 dos professores que atuam nas Redes Municipais de Cariacica, Serra, Vitória e Vila Velha, e na Rede Estadual do Espírito Santo. A partir de uma leitura de Bauman (2001) e Brettas (2020) se problematiza a mercantilização da vida e as dificuldades de garantir o direito educacional sem pôr em risco a vida dos docentes e discentes, reforçando o papel da escola como espaço de conscientização e formação de cidadãos autônomos e críticos apesar dos inúmeros discursos anticientíficos que disputavam com os professores que com os poucos recursos disponíveis se empenhavam para propor estratégias de ensino remoto durante a pandemia.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Ensino Remoto. Pandemia.

Challenges of teaching work during the pandemic:

Remote work and the working conditions of teachers in Greater Vitória - ES

Abstract: This article is part of an exploratory research of a qualitative nature using the questionnaire for data collection, seeking to capture the main challenges of teaching work during the coronavirus pandemic in 2020 and the first half of 2021 for teachers who work in Municipal Networks. Cariacica, Serra, Vitória and Vila Velha, and in the State Network of Espírito Santo. From a reading of Bauman (2001) and Brettas (2020), the commodification of life and the difficulties of guaranteeing the educational right without endangering the lives of teachers and students are problematized, reinforcing the role of the school as a space for awareness and formation of autonomous and critical citizens despite the numerous anti-scientific discourses that disputed with teachers who, with the few resources available, were committed to proposing remote teaching strategies during the pandemic.

Keywords: Teaching Work. Remote Learning. Pandemic.

1 Introdução

No dia 11 de março de 2021 a COVID-19 passou a ser uma doença considerada pandêmica pela Organização Mundial da Saúde. A nível Estadual e municipal, os respectivos chefes do executivo começaram a construir instrumentos legais visando normatizar algumas ações que precisavam ser tomadas para resguardar a vida de seus cidadãos. A ausência de uma

política nacional centralizada e coordenada impulsionou uma série de ações dos entes federados no intuito de diminuir os impactos da doença que ainda estava em fase de compreensão pela comunidade científica.

Conforme Silva (2020), o discurso do presidente da república no contexto da pandemia tinha como base a necropolítica, modelando sua intervenção no cenário de calamidade pública não para conter o caos, mas para perpetuá-lo, se utilizando das mortes e do clima de pânico para criminalizar determinados grupos e ampliar os seus próprios posicionamentos.

Os governantes que destoavam dessa estratégia patrocinada pelo governo federal, e que na prática, beirava a insanidade e a incivilidade, optaram por gerir a crise de forma racional e propositiva, pautando suas ações na base de respaldos científicos, publicando leis e decretos que visavam normatizar o cenário atípico que o país e o mundo estavam vivendo.

No Espírito Santo, objeto de estudo dessa pesquisa, foi publicado o Decreto Nº 4593 - R, DE 13 de março de 2020 que decretou estado de emergência pública no Estado e estabeleceu medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19). Posteriormente, no dia 16 de março de 2020, o governo do Estado publica o Decreto nº 4597-R que suspendeu as aulas por 15 dias. E a posteriori, no dia 17 de março de 2022 o Ministério de Educação, publica a Portaria Nº 343, que dispunha sobre a substituição das aulas presenciais por aulas com recursos digitais enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

É nesse contexto que começa a surgir em âmbito nacional um “sentimento” de retomada das atividades pedagógicas, trazendo no Parecer CNE/CP Nº. 11/2020 de 07 de julho de 2020, orientações para a realização de aulas e atividades pedagógicas Presenciais e Não-Presenciais.

Na Rede Estadual as APNPs passam a ser registradas diariamente no Sistema Estadual de Gestão Escolar - SEGES, computando o dia letivo e a sua respectiva carga horária letiva já a partir do dia 01 de julho de 2020. Em 10 de Agosto de 2020 é publicado no diário oficial a Portaria Nº 088-R que definia os procedimentos complementares para o Calendário Escolar do ano letivo de 2020 e 2021 devido à Pandemia do Coronavírus Covid-19, no âmbito da Educação Básica, nas unidades escolares da rede pública estadual do estado do Espírito Santo.

A utilização de atividades pedagógicas não presenciais foi tomada como estratégia principal durante a pandemia, e assumiu uma forma quase que padrão em todos os municípios do Estado do Espírito Santo, levando os professores a, de modo quase que repentino, se ambientar em programas de editoração de textos e diagramações de “apostilas”, além de terem

de dar conta de publicações em ambientes virtuais que lhes fora apresentado de forma precipitada e sem um planejamento adequado.

2 A banalização da vida mediante a lógica de produção capitalista.

A pandemia do coronavírus levou autoridades de inúmeros países a assumirem uma postura radical que visava combater a disseminação do vírus. A estratégia de isolar o maior número de pessoas e evitar uma acentuada propagação viral foi a medida que mais logrou êxito em todo o mundo, apesar das contestações anticientíficas e a contragosto do grande capital. Segundo Brettas (2020, p.11), a pandemia revelou que “no modo de produção capitalista, a produção da riqueza gera incompatibilidade com a garantia da qualidade de vida da grande maioria da população. A insanidade que fundamentou a necropolítica que se alastrou no Brasil e no mundo, evidenciou o posicionamento anticientífico de jornalistas e comentaristas do mercado financeiro que defendiam a contaminação em massa das pessoas em prol da retomada da confiança dos investidores.

Para quem pensa que só no Brasil seria possível alguém com esta falta de pudor, Rick Santelli, editor do telejornal estadunidense CNBC Business News, afirmou que muito mais preocupante do que milhões de mortes é a queda das ações na bolsa. Em sua avaliação, “talvez fosse melhor simplesmente espalhar [a doença] para todo mundo”, como forma de conter as incertezas do mercado e retomar a segurança dos investidores (Brettas, 2020, p.12).

A presença de atores políticos ocupando posições de destaque na esfera pública que contestam um direito fundamental da humanidade, que é o direito à vida, revela a perspectiva dominante na qual a elite política e econômica se sustenta para enfrentar não apenas uma situação de "emergência sanitária", mas também para moldar a própria maneira de compreender e refletir sobre a experiência humana.

Dessa forma, se uma suposta dicotomia entre a preservação da vida e as dinâmicas do mercado se estabelece, não é a vida que se opõe ao mercado, mas sim o contrário. Pois, se as estratégias de contenção viral não são guiadas pelo primado do direito à vida, então o foco reside naquilo que é tido como de máxima relevância para uma facção dominante: o consumo.

Conforme delineado por Bauman (2001), uma sociedade de consumo é aquela em que a vida gira em torno do ato de consumir, e a incessante busca pelo que é novo e “melhor” resulta em um fluxo ininterrupto de produção. Além disso, não apenas se torna comum, mas é até

mesmo incentivado o ato de descartar. É uma exigência contínua descartar para garantir a constante emergência do novo.

A história do consumismo é a história da quebra e descarte de sucessivos obstáculos “sólidos” que limitam o voo livre da fantasia e reduzem o “princípio do prazer” ao tamanho ditado pelo “princípio da realidade” (Bauman, 2001, p. 73).

Logo, a ideia de permitir que alguns trabalhadores permanecessem reclusos em suas casas, recebendo seus salários, mesmo que parcialmente, em prol da preservação da vida, foi algo que abalou aqueles que enxergavam na busca incessante pela produtividade uma fonte de lucro. Ao mesmo tempo, também causou impacto em outros indivíduos que tinham no consumo desmedido uma validação de sua identidade e uma manifestação de sentido da sua própria existência.

Não por acaso que foi disseminado que acima de tudo, inclusive da própria vida, os trabalhadores fossem expostos de forma abjeta ao risco de se contaminarem para manutenção da produção capitalista e do entumescimento do grande capital.

Na sociedade do consumo o tempo de durabilidade das coisas são pré-determinados e as trocas de produtos são parte dessa engrenagem social em que a vida humana assume apenas o papel de uma mercadoria a mais.

A banalização da vida ancora-se na banalização das mercadorias, pelo fato de esta ter se distanciado do próprio homem. A brevidade e as relações superficiais distanciaram os homens uns dos outros e de si próprios. Como diria Bauman (2001, p.116) “encontros breves substituem engajamentos duradouros”. A fluidez das relações alienou o homem de sua condição de sujeito “em si” para um controle fetichizante do mercado e da sua constante produção.

O cenário no qual se precisou “isolar” pessoas, num contexto em que *a priori* se tinham tantos recursos para os “conectarem” uns aos outros, mostrou que o sistema econômico no qual balizamos nossas relações de troca não patrocina a preservação da vida a qualquer custo, principalmente se esse custo colocar em risco a própria lógica produtiva que norteia e fomenta as relações de consumo e troca.

3 Percorso Metodológico

No intuito de compreender quais os principais desafios do trabalho docente no período da pandemia do SARS-COV-2 no Espírito Santo, foi realizada uma pesquisa exploratória visando captar as principais impressões dos docentes sobre as especificidades do ato de ensinar,

em um contexto completamente estranho ao que comumente os profissionais da educação estavam ambientados em trabalhar.

Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema pesquisado, visando o aprimoramento de ideias ou descobertas a partir dos mais variados aspectos relativos ao fato que está sendo estudado. Um dos instrumentos usados para esse tipo de pesquisa é a entrevista ou questionário com pessoas que passaram pela experiência prática do problema pesquisado.

Destarte, considerando o cenário atípico no qual os professores estavam vivenciando no ano de 2020 e início do ano de 2021, visando captar os desafios do trabalho docente nesse contexto pandêmico, realizamos uma pesquisa qualitativa, que utilizou um formulário realizado pelo *Google Forms* (<https://forms.gle/nChAMZQniXaxKq6R9>) e enviado pelo *WhatsApp* nos grupos de professores que atuavam nas redes municipais de Cariacica e Serra, e na Rede Estadual do Estado do Espírito Santo no ano de 2020/2021. As pessoas que aceitavam participar respondendo às perguntas constantes no questionário, assinavam virtualmente um termo livre esclarecido em que estavam dispostos a participar da pesquisa e continham informações sobre o que estava sendo pesquisado. Ao todo, foram 126 respondentes, sendo em sua grande maioria professoras, com idade entre 20 aos 60 anos, com uma parte sendo composta por profissionais efetivos com mais de 10 anos atuando na educação.

Essa amostra de professores nos permite fazer um Estudo de Caso de quais eram os desafios do trabalho docente durante o período pandêmico em que o professor passou a atuar na elaboração de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) e lidar com metodologias de ensino diferentes daquelas das quais estava ambientado.

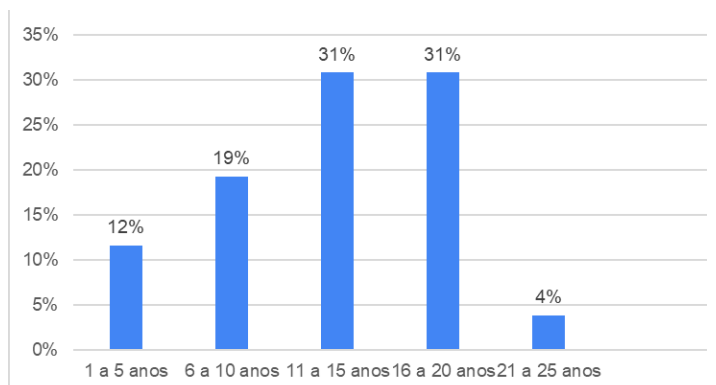
O instrumento empregado foi o questionário disponibilizado através de um link contendo um conjunto de 26 perguntas. O propósito desse questionário era compreender as características individuais dos participantes da pesquisa, bem como analisar as condições de trabalho dos docentes. Adicionalmente, abordava questões destinadas a identificar as condições socioemocionais percebidas pelos sujeitos pesquisados. Além disso, o questionário investigou a perspectiva dos participantes em relação à condução do(a) diretor(a) escolar e as diretrizes fornecidas pela Secretaria de Educação.

4 Resultado e discussão

A análise dos dados da pesquisa ocorreu de acordo com a consolidação das respostas dos 126 professores que acessaram o questionário de forma voluntária por meio do link do Google Forms, enviado por grupos de professores do WhatsApp. Dos professores participantes, 110 foram do gênero feminino, enquanto 16 eram do gênero masculino. Treze pessoas tinham entre 20 a 29 anos, 37 tinham entre 30 a 39 anos, outros 39 respondentes tinham idade entre 40 a 49 anos, 18 pessoas tinham idade entre 50 a 59 anos, enquanto outras 19 tinham acima de 60 anos.

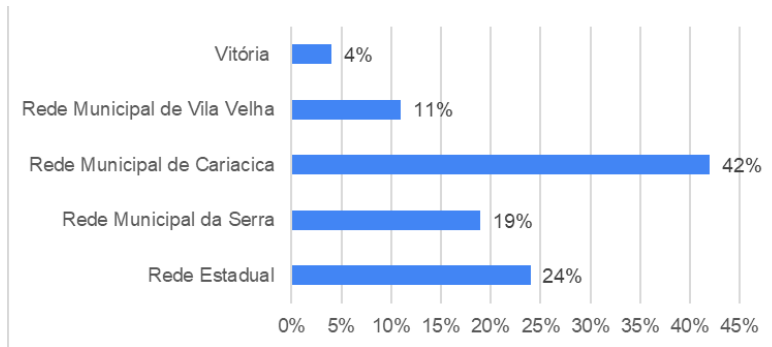
O vínculo empregatício dos respondentes foi 57% trabalhadores em regime estatutário, enquanto 43% eram trabalhadores em regime de Designação Temporária. No Gráfico 01, podemos observar o tempo de trabalho cada professor que participou da pesquisa em porcentagem:

Gráfico 1 - Tempo de trabalho na educação



Fonte: Tabela elaborada pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

O Gráfico 02, mostra a porcentagem de participantes por Rede de Ensino, sendo a maioria dos respondentes professores da Rede Municipal de Cariacica, correspondendo a 42% dos entrevistados. Alguns professores também atuavam em mais de uma rede, podendo assinalar mais de uma opção.

Gráfico 1 - Rede de Ensino na qual está vinculado

Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

A modalidade na qual os professores pesquisados trabalham revelam que 50% dos respondentes eram professores do Ensino Fundamental (séries iniciais), 35% da Educação infantil, 8% Ensino Fundamental, enquanto 7% eram do Ensino Médio. Dentre os resultados identificados alguns professores atuavam em mais de uma modalidade, inclusive alternando entre escolas de Redes diferentes, o que tornava ainda mais extenuante o desenvolvimento dos trabalhos dos docentes que precisavam construir atividades que se adequassem as especificidades de cada Rede.

Perguntado sobre as condições de trabalho dos professores, todos os docentes relataram ter acesso a internet nas suas casas. Destes, conforme evidenciado na Tabela 01, o tipo de conexão variava entre acesso via Wi-fi, Internet à cabo e pacote de dados (pré-pago e pós-pago).

Tabela 1 - Tipo de conexão de internet

Qual o tipo de conexão de sua internet	Porcentagem
Cabo	4%
Pacote de dados (pós-pago)	3%
Pacote de dados (pré-pago)	5%
Wifi	66%
Wifi, Cabo	5%
Wifi, Cabo, Pacote de dados (pós-pago)	5%
Wifi, Cabo, Pacote de dados (pré-pago)	12%

Fonte: Tabela elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

Quando perguntado sobre o aparelho utilizado para trabalho, a Tabela 02 indica que 19% afirmaram utilizar apenas o celular como ferramenta de trabalho, enquanto para 11% apenas o computador foi utilizado como facilitador para preparação das propostas pedagógicas durante o período do ensino remoto.

Tabela 2 - Aparelhos utilizados para o trabalho remoto

Aparelhos utilizados para o trabalho remoto	Porcentagem
Celular	19%
Computador (Desktop ou Notebook)	11%
Computador e Celular	58%
Computador, Celular e Tablet	12%

Fonte: Tabela elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

Perguntado sobre o desempenho inicial no uso das tecnologias durante o ensino remoto, constatou-se que 63% (sessenta e três por cento) dos participantes relataram possuir um nível de habilidade satisfatório na operação dos recursos tecnológicos. Enquanto isso, 30% (trinta por cento) indicaram ter um nível moderado de habilidade, e somente 7% (sete por cento) afirmaram ter um nível de habilidade considerado “muito bom”.

Este dado evidencia que, mesmo diante da adoção repentina do ensino remoto, sem uma infraestrutura ideal para sua eficácia, a grande maioria dos professores detinha um conhecimento que consideravam como “bom” em relação a certas ferramentas empregadas na mediação pedagógica remota. Além disso, é importante destacar que muitos dos docentes pesquisados haviam passado por algum tipo de formação à distância, seja no âmbito de graduação, pós-graduação ou cursos de extensão universitária.

A Tabela 03 mostra que o recurso tecnológico mais utilizado pelos professores foi o WhatsApp, com 94% (noventa e quatro) por cento dos respondentes afirmando que usaram essa ferramenta, mesmo que fosse juntamente com outros recursos tecnológicos, sendo que 11% (onze) por cento afirmam ter usado apenas esse recurso tecnológico como mediação entre professor e aluno.

Tabela 3 - Recurso tecnológico mais utilizado para realização do trabalho remoto

Recurso Utilizado	Porcentagem
WhatsApp	11%
Google Sala de Aula	3%
Aplicativo de Vídeo Chamadas	3%
WhatsApp, Google Sala de Aula e Aplicativo de videochamadas	65%
WhatsApp, Google Sala de Aula e Aplicativo de videochamadas, Redes Sociais (Facebook, Instagram)	8%
WhatsApp, Google Sala de Aula e Aplicativo de videochamadas, Redes Sociais (Facebook, Instagram) e Youtube	10%

Fonte: Tabela elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

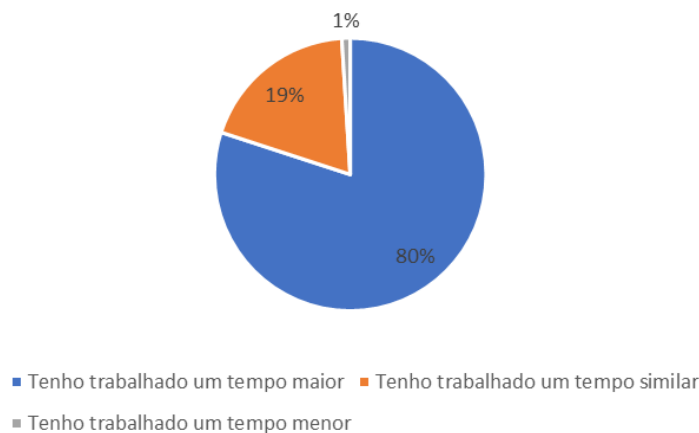
Vale destacar a quantidade de ferramentas e recursos digitais utilizados pelos professores durante o período do ensino remoto, além daqueles que eram utilizados para edição e formatação das atividades. Isso porque para a confecção de uma apostila que era enviada também de forma impressa fazia-se necessário o uso de programas que exigiam um certo domínio de diagramação e editoração dos conteúdos.

Assim, os professores passaram a assumir responsabilidades para as quais não possuíam uma formação específica, manejando softwares e elaborando materiais cuja execução, se realizada por especialistas na área, demandaria uma compensação financeira e uma equipe de formatação além do que estava ao alcance dos professores.

Não por acaso, que no **Gráfico 03**, ao perguntar sobre como era avaliado o tempo necessário para cumprimento do trabalho remoto em relação ao tempo de trabalho na modalidade presencial, 80% dos entrevistados foram categóricos ao afirmarem que estavam trabalhando em um tempo maior, enquanto apenas 19% afirmam que o tempo de trabalho estava sendo similar ao regular.

Ressalta-se que apenas 1% dos entrevistados afirmou estar trabalhando um tempo menor que o convencional, evidenciando a considerável carga de trabalho imposta aos docentes durante esse período. Isso desmente a equivocada noção difundida por alguns de que os professores estariam desfrutando de um período de "descanso" durante o isolamento social, demonstrando claramente a intensa dedicação profissional durante o período de ensino remoto.

Gráfico 3 – Tempo de trabalho remoto



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

Essa situação de intenso trabalho, sob condições antes não vivenciadas, foram intensificadas por algumas dificuldades constantes na **Tabela 04**, em que os professores sinalizaram quais as principais dificuldades encontradas no exercício do trabalho remoto.

Tabela 4 - Principal dificuldade encontrada no trabalho remoto

Principal Dificuldade	Porcentagem
O isolamento social	19%
Falta de Conhecimento tecnológico	26%
Falta de Equipamento	30%
Demandas Familiares	34%
Falta de Motivação	19%
Demandas excessivas por parte da Secretaria de Educação e/ou unidade de Ensino	53%

Fonte: Tabela elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

Constata-se a partir dos dados constantes na **tabela 04**, que os professores puderam assinalar mais de uma opção que identificasse as principais dificuldades encontradas por eles durante o trabalho remoto, destaca-se como principal fator que dificultou o trabalho docente as demandas excessivas por parte da Secretaria de Educação e/ou unidade de Ensino. 53% (cinquenta e três por cento) alegaram que em algum momento, algumas das demandas que foram exigidas pela secretaria ou até mesmo pela própria escola não tinham necessidade ou sequer agregavam ao trabalho realizado por eles. O excesso de planilhas a serem preenchidas e atividades que deveriam ser postadas repetidamente em várias plataformas foram as principais críticas apresentadas pelos professores.

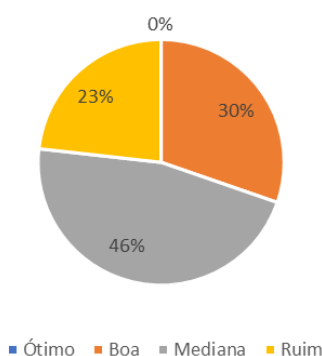
Nota-se que o isolamento social, embora representasse um desafio devido à natureza da situação, era, juntamente com a diminuição da motivação - possivelmente influenciada pelo contexto em questão - o obstáculo de menor impacto no trabalho dos professores. Contudo, 19% (dezenove por cento) assinalaram que tanto o isolamento social, quanto a desmotivação para a realização das atividades pedagógicas exigidas nesse período dificultava o desenvolvimento de suas práticas.

Quando percebemos que 34% (trinta e quatro por cento) dos entrevistados afirmam que as demandas familiares dificultavam o trabalho docente, faz-se necessário retomar o índice de mulheres que responderam à pesquisa. Ao todo foram 110 mulheres, totalizando 87% (oitenta e sete por cento) dos entrevistados. Aqui vemos, conforme aponta Araújo e Yannoulas (2020),

o quanto o trabalho das mulheres foi intensificado nesse período, agravado pelo fato de se somatizar as atividades docentes, os trabalhos domésticos e de cuidado dos integrantes da família.

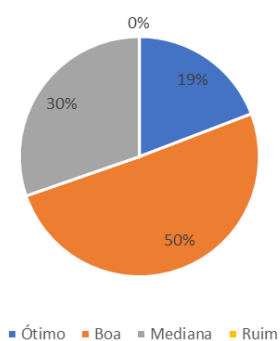
Não obstante, diante do intenso trabalho realizado por muitos professores, em condições já aqui expostas, algumas das reações oriundas do trabalho remoto apontado por eles foi de choro (23%), taquicardia (23%), insônia (65%), irritação (65%), alterações no apetite (46%), falta de ar (7%), enquanto apenas 3% (três por cento) alegaram não ter nenhuma dessas reações. Ao serem perguntados sobre como avaliavam a condução da Secretaria de Educação na condução das atividades remotas obtivemos o **Gráfico 04** com os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Condução da secretaria de Educação nas atividades remotas



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

Gráfico 5 - Condução da Escola nas atividades remotas



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio autor a partir das respostas do formulário

Já quando perguntado sobre como era avaliado a atuação da unidade de ensino no início da condução das atividades remotas percebemos uma mudança na configuração das respostas conforme podemos notar no **Gráfico 05**. Nota-se uma evidente diferença na avaliação de como as Secretarias de Educação conduziram as orientações para as atividades remotas, em que nenhum dos entrevistados assinalou a opção “ótimo”. Destaca-se que para 46% (quarenta e seis por cento) o trabalho das Secretarias de Educação foi mediano, para 23% (vinte e três por cento) foi ruim, enquanto 30% (trinta por cento) dos entrevistados classificaram como “bom”.

Quando observamos os dados da escola, percebemos que nenhum dos professores assinalaram a opção “ruim”, e para 50% (cinquenta por cento) e 19% (dezenove por cento) as ações desenvolvidas pela sua unidade de ensino no período do ensino remoto foram ótimas ou boas.

Ao estar diante de tais dados, fica evidente uma clara preferência frente as ações desenvolvidas pela própria unidade de ensino. Em contrapartida, nota-se uma avaliação ruim das ações desenvolvidas pelas secretarias de educação. Talvez pelo fato de o trabalho na unidade de ensino partir de um espaço de diálogo maior e abarcar, mesmo que de forma limitada, algumas das contribuições dos próprios pares tenha trazido um sentimento de pertencimento maior que levou a uma avaliação melhor do que foi desenvolvido pela escola em detrimento do que fora apresentado pelas secretarias de educação.

Evidencia-se, portanto, que dadas as circunstâncias desafiadoras e singulares que envolviam a atividade docente, as iniciativas das secretarias de educação poderiam ter sido melhor compreendidas caso houvesse uma ampliação, dentro das limitações existentes, da participação dos professores no processo de concepção das políticas voltadas para o ensino remoto. Talvez, essa rede de discussões trouxesse um sentimento de mais “pertencimento” frente às decisões tomadas e pudesse inclusive evitar muitas das tensões e dificuldades enfrentadas pelos professores durante o período do ensino remoto.

Ao perguntar aos entrevistados sobre os equívocos na implementação do trabalho remoto, é possível constatar que muitos apontaram a demora na adoção das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) como um indício de inércia por parte das secretarias de educação. Uma entrevistada afirmou estar com a impressão de que estavam “todos perdidos”, mas que depois “aos poucos foram acertando”.

Outro professor afirmou que “o erro foi não ter uma educação tecnológica na rede e depois cobrar uma atuação que utilizasse a tecnologia como recurso”. De todos os comentários,

o mais recorrente era quanto a demora de implementar ações e o quanto isso dificultou no trabalho dos professores. Um dos entrevistados afirmou que sentia que “faltou clareza na comunicação entre a secretaria de educação e os gestores”.

Contudo, destaca-se a fala de um dos entrevistados que pontua o seguinte:

A Secretaria de educação foi parte fundamental da engrenagem educacional do município nesse momento. E respondeu bem as atribuições, de modo que garantiu o mais perfeito e regular desenvolvimento dos trabalhos administrativos, dentro dos prazos estabelecidos (Entrevistado A).

Portanto, torna-se evidente que as dificuldades advindas do trabalho remoto não se restringiram unicamente aos professores em sala de aula, mas também influenciaram as decisões a serem tomadas pela própria secretaria de educação. O contexto atípico ocasionado pela pandemia do coronavírus colocou em “xeque” a forma de pensar e organizar os processos educativos, as aulas tiveram de ser repensadas, o calendário sofreu drásticas alterações, e tanto professores quanto técnicos das secretarias de educação tiveram que construir, de forma rápida, saídas legais e propositivas para a educação de sua rede.

A falta de uma coordenação nacional prejudicou não só a área da saúde, como também a da educação. Aliás, se não fosse a vitalidade dos entes federativos que se articularam de forma inédita na história do país, o cenário poderia ainda ser pior. As lacunas oriundas do ensino remoto ainda serão objeto de estudos que tentarão analisar os limites e possibilidades oriundas desse período em que os processos pedagógicos de ensino aprendizagem ocorreram por outros meios. Vale destacar, contudo, o quanto os professores se empenharam em tentar garantir um mínimo de espaços de interação-aprendizagem com seus alunos.

4 Resultado e discussão

13

A desarticulação política ocorrida no Brasil não foi uma ação isolada no mundo. Conforme aponta Brettas (2020) o que a pandemia revelou é que o modo de produção capitalista é incompatível com uma política de proteção a vida de grande parte da população. A mercantilização da vida pode ser compreendida a partir de Bauman (2001) que vai identificar na sociedade contemporânea uma organização pautada pelo consumo, em que a vida assume o papel de mercadoria e por assim ser está fadada ao descarte como qualquer outra.

Para Bauman (2001) a sociedade contemporânea é marcada pela liquidez das relações humanas e as instituições e valores estariam cada vez mais sujeitos a uma lógica mercantil.

Nesse ínterim, a mercantilização da vida estaria relacionada a uma tendência de transformar diversos aspectos da existência humana em uma espécie de *commodities* passíveis de serem comercializados como um outro produto qualquer de mercado. Essa lógica comercial estaria também permeando os inúmeros setores da vida, com o consumismo desempenhando um papel fundamental nesse processo, impulsionando uma busca incessante pela satisfação material e de *status* na sociedade.

Logo, nessa sociedade do consumo, para Bauman (2001) as pessoas passam a ser vistas a partir de critérios de consumo e aparência, com as conexões humanas se estabelecendo de forma efêmera e superficial. Portanto, ainda que o ensino remoto tenha ocorrido numa época em que tivesse disponível inúmeros recursos tecnológicos capazes de aproximar as pessoas, esse contato ocorre a partir de uma lógica da liquidez e da fragilidade das relações, em um contexto no qual os laços são construídos sem profundidade.

Na sociedade líquida é possível, com um “click”, fazer ou “desfazer” uma nova “amizade”. As redes de contatos e de aproximação não dão conta de romper com a lógica do consumo, colocando na relação com o outro uma espécie de comercialização de afetos, em que estabeleço relações frígidas com aqueles dos quais vale a pena despender meu tempo sócio afetivo.

Assim como a mercantilização do trabalho leva a uma insegurança constante, em que as pessoas “flutuam” entre um trabalho e outro, transpassa-se essa mesma lógica para as relações humanas nas quais os indivíduos podem ser facilmente descartados, principalmente quando não são mais considerados produtivos ou lucrativos. É possível compreender o quão desafiador deve ter sido esse cenário, especialmente para os professores que, de maneira abrupta, se viram obrigados a assimilar conhecimentos complexos sobre tecnologia para conduzi-los suas aulas por meio de recursos digitais até então desconhecidos.

Além disso, muitos professores enfrentaram a pressão subjetiva que poderia induzir um falso sentimento de inadequação em relação a essa nova abordagem. Isso é especialmente relevante considerando que esses profissionais já vinham exercendo sua função ao longo de muitos anos, e essa nova exigência pode ter levado alguns deles a questionarem suas próprias habilidades, cultivando uma percepção equivocada de que não possuíam mais a competência para realizar o que sempre fizeram, apesar de no contexto pandêmico envolver aspectos relacionados a tecnologia.

Não por acaso que 80% dos professores afirmaram que durante o ensino remoto eles trabalharam um tempo maior do que convencionalmente, e apresentavam sintomas como choro, taquicardia, insônia, irritação, alterações no apetite e falta de ar.

A partir das perguntas, foi possível perceber que a grande maioria dos professores utilizou como conexão o sinal de *Wi-fi*, prevalecendo o uso de equipamentos móveis, seja celular, tablet ou notebooks. Também se constatou que a ampla maioria considerava ter um nível de conhecimento bom em relação ao domínio das tecnologias digitais, mas apenas sete por cento dos respondentes alegaram ter um amplo domínio destas tecnologias. Quando perguntado sobre os recursos utilizados durante o ensino remoto, destaca-se o número de aplicativos e programas dos quais os professores fizeram uso, mostrando uma falta de direcionamento por parte das secretarias no que se refere ao uso de determinados aplicativos, como também as múltiplas ferramentas que tiveram de ser usadas pelos profissionais da educação para tentar alcançar o máximo possível de alunos utilizando uma quantidade vasta de redes sociais e aplicativos.

O número de documentos enviados pelas Secretarias de Educação também foi visto como um ponto negativo por parte dos professores, e no geral os docentes reconheceram como bons as ações e trabalhos desenvolvidos e direcionados pelas suas unidades de ensino. Por fim, ressalta-se o desafio do trabalho docente durante o ensino remoto e o quanto a falta de propostas de ensino que fugissem da lógica livresca e de atividades-respostas pesaram no momento de pensar como se propor ações pedagógicas longe do espaço escolar. Tendo em vista que a ampla maioria dos professores utilizou dos conhecimentos dos quais já possuíam para gravar vídeos, editar apostilas, construir programas, sites, dentre outras ações para se chegar aos alunos um material de qualidade, evidencia-se que a falta de tecnologias educacionais não pode ser justificada por um possível desconhecimento por parte dos docentes.

15

Aliás, se não fosse a proatividade dos professores, e sua capacidade criativa, o prejuízo ao direito educacional dos alunos seria ainda maior. O que se constata é que recaiu sobre os ombros do professor a responsabilidade de dar conta de conhecimentos e habilidades fundamentais para a formação humana sem meios possíveis para se chegar ao aluno que não podia estar presencialmente na escola.

Além da falta de materiais disponíveis, ainda foi preciso se colocar contra discursos anticientíficos que disputavam com a “escola” a transmissão do conhecimento. Em uma sociedade em que o acesso a uma vasta quantidade de informações está literalmente ao alcance

das mãos, torna-se mais evidente do que nunca a relevância do ambiente escolar como um filtro crucial para discernir e distinguir entre o conhecimento popular e o embasamento científico.

Referências

ARAUJO, Sâmara Carla Lopes Guerra de; YANNOULAS, Silvia Cristina. Trabalho docente, feminização e pandemia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 754-771, set./dez. 2020. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>> Acesso em 04/01/2023

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar, 2001.

BRANCO, Juliana Cordeiro Soares; NEVES, Inajara de Salles Viana. Trabalho docente em tempos de COVID-19: EaD e Educação Remota Emergencial, **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. v. 25, nº 3, 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i3.7382> > Acesso em 20/12/2022

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Publicado no Diário Oficial no dia 29 de junho de 2022.

BRETTAS, Tatiana. Defender a vida é preciso, a economia não. In MOREIRA, Elaine et al. **Em tempos de Pandemia: Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: <<http://ess.ufrj.br/images/Noticias/Divulgacao/EmTemposdePandemia/EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA.pdf>> Acesso em 05/01/2023

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. DECRETO Nº 4593 - R, DE 13 DE MARÇO DE 2020. **Decreta o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19) e dá outras providências**. Publicado no Diário Oficial no dia 13 de Março de 2020.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. DECRETO Nº 4597-R, DE 16 DE MARÇO DE 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) na área da educação, e dá outras providências**. Publicado no Diário Oficial no dia 16 de março de 2020

ESPÍRITO SANTO. PORTARIA Nº 088-R, DE 10 DE AGOSTO DE 2020. **Define procedimentos complementares para o Calendário Escolar do ano letivo de 2020 e as interfaces com o ano letivo de 2021 devido à Pandemia do Coronavírus Covid-19, no âmbito da Educação Básica, nas unidades escolares da rede pública estadual do estado do Espírito Santo, e demais providências**. Publicado no D.O no dia 11 de agosto de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ISER, Betine Pinto Moehleck et al. Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. **Epidemiol. Ser. Saúde**, 2020 . Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000300018>> Acesso em 26/06/2020

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do Vírus**, Coimbra, Almedina, 2020.

SILVA, C. M. A. da . COVID-19 E NECROPOLÍTICA NA CONJUNTURA BRASILEIRA. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 6, p. 70–85, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3841651. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/114>. Acesso em: 26 jun. 2022.